

**HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MARIA BANDEIRA DE MELLO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – HUJB – UFCG**

**CONCURSO PÚBLICO 05/2016 - EBSERH/HUJB – UFCG
EDITAL Nº 04 – ÁREA ADMINISTRATIVA**

NÍVEL SUPERIOR - MANHÃ

ADVOGADO

Nome do Candidato

Inscrição

COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Língua Portuguesa 01 a 10

Raciocínio Lógico e Matemático 11 a 15

Legislação Aplicada à EBSERH 16 a 20

Legislação Aplicada ao SUS 21 a 25

Conhecimentos Específicos 26 a 50



INSTRUÇÕES

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o emprego corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento desse documento, que deve ser preenchido da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que aguarde em sala o prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCp - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

----- (destaque aqui) -----

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

**A BELEZA E A ARTE NÃO CONSTITUEM
NENHUMA GARANTIA MORAL**

Contardo Calligaris

Gostei muito de “Francofonia”, de Aleksandr Sokurov. Um jeito de resumir o filme é este: nossa civilização é um navio cargueiro avançando num mar hostil, levando contêineres repletos dos objetos expostos nos grandes museus do mundo. Será que o esplendor do passado facilita nossa navegação pela tempestade de cada dia? Será que, carregados de tantas coisas que nos parecem belas, seremos capazes de produzir menos feiura? Ou, ao contrário, os restos do passado tornam nosso navio menos estável, de forma que se precisará jogar algo ao mar para evitar o naufrágio?

Essa discussão já aconteceu. Na França de 1792, em plena Revolução, a Assembleia emitiu um decreto pelo qual não era admissível expor o povo francês à visão de “monumentos elevados ao orgulho, ao preconceito e à tirania” – melhor seria destruí-los. Nascia assim o dito vandalismo revolucionário – que continua.

Os guardas vermelhos da Revolução Cultural devastaram os monumentos históricos da China. O Talibã destruiu os Budas de Bamiyan (séculos 4 e 5). Em Palmira, Síria, o Estado Islâmico destruiu os restos do templo de Bel (de quase 2.000 anos atrás). A ideia é a seguinte: se preservarmos os monumentos das antigas ideias, nunca teremos a força de nos inventarmos de maneira radicalmente livre.

Na mesma Assembleia francesa de 1792, também surgiu a ideia de que não era preciso destruir as obras, elas podiam ser conservadas como patrimônio “artístico” ou “cultural” – ou seja, esquecendo sua significação religiosa, política e ideológica.

Sentado no escuro do cinema, penso que nós não somos o navio, somos os contêineres que ele carrega: um emaranhado de esperanças, saberes, intuições, dúvidas, lamentos, heranças, obrigações e gostos. Tudo dito belamente: talvez o belo artístico surja quando alguém consegue sintetizar a nossa complexidade num enigma, como o sorriso de “Mona Lisa”.

Os vândalos dirão que a arte não tem o poder de redimir ou apagar a ignomínia moral. Eles têm

razão: a estátua de um deus sanguinário pode ser bela sem ser verdadeira nem boa. Será que é possível apreciá-la sem riscos morais?

Não sei bem o que é o belo e o que é arte. Mas, certamente, nenhum dos dois garante nada.

Por exemplo, gosto muito de um quadro de Arnold Böcklin, “A Ilha dos Mortos”, obra imensamente popular entre o século 19 e 20, que me evoca o cemitério de Veneza, que é, justamente, uma ilha, San Michele. Agora, Hitler tinha, em sua coleção particular, a terceira versão de “A Ilha dos Mortos”, a melhor entre as cinco que Böcklin pintou. Essa proximidade com Hitler só não me atormenta porque “A Ilha dos Mortos” era também um dos quadros preferidos de Freud (que chegou a sonhar com ele).

Outro exemplo: Hitler pintava, sobretudo aquarelas, que retratam edifícios austeros e solitários, e que não são ruins; talvez comprasse uma, se me fosse oferecida por um jovem artista pelas ruas de Viena. Para mim, as aquarelas de Hitler são melhores do que as de Churchill. Pela pior razão: há, nelas, uma espécie de pressentimento trágico de que o mundo se dirigia para um banho de sangue.

É uma pena a arte não ser um critério moral. Seria fácil se as pessoas que desprezamos tivessem gostos estéticos opostos aos nossos. Mas, nada feito.

Os nazistas queimavam a “arte degenerada”, mas só da boca para fora. Na privacidade de suas casas, eles penduraram milhares de obras “degeneradas” que tinham pretensamente destruído. Em Auschwitz, nas festinhas clandestinas só para SS, os nazistas pediam que a banda dos presos tocasse suíngue e jazz – oficialmente proibidos.

Para Sokurov, o museu dos museus é o Louvre. Para mim, sempre foi a Accademia, em Veneza. A cada vez que volto para lá, desde a infância, medito na frente de três quadros, um dos quais é “A Tempestade”, do Giorgione. Com o tempo, o maior enigma do quadro se tornou, para mim, a paisagem de fundo, deserta e inquietante. Pintado em 1508, “A Tempestade” inaugura dois séculos que produziram mais beleza do que qualquer outro período de nossa história. Mas aquele fundo, mais tétrico que uma aquarela de Hitler, lembra-me que os dois séculos da beleza também foram um triunfo de guerra, peste e morte – Europa afora.

É isto mesmo: infelizmente, a arte não salva.

Texto adaptado de: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2016/08/1806530-a-beleza-e-a-arte-nao-constituem-nenhuma-garantia-moral.shtml>

1. No texto apresentado, evidencia-se que

- (A) como a arte não se constitui enquanto um critério de separação em relação a uma moral boa e uma ruim, é correto o posicionamento defendido pelo decreto emitido na França em 1792 que impunha a destruição de monumentos construídos sobre ideais moralmente ruins.
- (B) a beleza humana não constitui uma garantia de moral, o que se comprova facilmente pelos inúmeros exemplos de vandalismos e tiranias praticadas por pessoas que foram consideradas esteticamente belas, como é o caso de Hitler.
- (C) apesar de a arte e a beleza não constituírem uma garantia de moral é possível por meio dos gostos estéticos opostos separar pessoas constituídas de concepções morais diferentes.
- (D) a arte e a beleza que não constituem uma garantia de moral são aquelas expressas apenas em obras pictóricas, como no quadro “A Ilha dos Mortos” e nas pinturas de Hitler.
- (E) a arte não se constitui enquanto um critério de separação em relação a uma moral boa ou ruim. Por esse motivo, ao legado artístico que recebemos historicamente, podem estar atreladas condutas de orgulho, preconceito e tirania.

2. Considerando as informações contidas no texto, é correto afirmar que pela expressão “vandalismo revolucionário” compreende-se

- (A) o movimento que, inicialmente, consistia em jogar ao mar os restos artísticos do passado que tornam o navio menos estável e que poderiam causar seu naufrágio.
- (B) o movimento isolado de devastação de monumentos históricos chineses pelos guardas vermelhos durante a Revolução cultural.
- (C) o movimento, iniciado na França durante a Revolução, que preferia destruir monumentos cuja origem estivesse atrelada a orgulho, preconceito e tirania a expor sua visão ao povo francês.
- (D) o movimento específico de destruição dos Budas de Bamiyan, dos séculos 4 e 5, e de destruição dos restos do Templo de Bel, de quase 2.000 anos, praticados, respectivamente pelo Talibã e pelo estado Islâmico.
- (E) todo ato de destruição ocasionado por movimentos terroristas com objetivo de demolir símbolos de uma cultura considerada inimiga.

3. A expressão “Essa proximidade com Hitler [...]” e o advérbio destacado no trecho “A cada vez que volto para lá [...]” referem-se, respectivamente,

- (A) ao fato de o autor do texto compartilhar o gosto pela obra “A ilha dos mortos”, do pintor Arnold Böcklin, com Hitler e à Accademia em Veneza.
- (B) ao fato de o autor do texto gostar das aquarelas que foram pintadas por Hitler, uma vez que elas evocam um sentimento trágico, e ao Museu do Louvre.
- (C) ao fato de Hitler e Freud compartilharem o gosto pela obra “A ilha dos mortos”, do pintor Arnold Böcklin, uma vez que o primeiro tinha em sua coleção particular uma versão do quadro e o segundo chegou a sonhar com ele e à Accademia em Veneza.
- (D) ao fato de o autor do texto, assim como Freud, também sonhar com a obra “A ilha dos mortos”, do pintor Arnold Böcklin, cuja a melhor versão pertenceu a Hitler e ao Museu do Louvre.
- (E) ao fato de o autor do texto, além de compartilhar o gosto pela obra “A ilha dos mortos”, do pintor Arnold Böcklin, com Hitler, ter comprado uma aquarela do líder nazista oferecida por um jovem artista em Viena e à Accademia em Veneza.

4. Em relação às palavras “feiura”, “admissível”, “complexidade” e “ideológica”, retiradas do texto, assinale a alternativa que apresenta a correta divisão silábica delas.

- (A) fei.u.ra – ad.mi.ssí.vel – com.plex.i.da.de – i.de.o.ló.gi.ca.
- (B) fe.iu.ra – ad.mis.sí.vel – com.ple.xi.da.de – i.de.o.ló.gi.ca.
- (C) fei.u.ra – ad.mi.ssí.vel – com.ple.xi.da.de – i.deo.ló.gi.ca.
- (D) fei.u.ra – ad.mis.sí.vel – com.ple.xi.da.de – i.de.o.ló.gi.ca.
- (E) fe.iu.ra – ad.mis.sí.vel – com.plex.i.da.de – i.deo.ló.gica.

5. A acentuação das palavras “artístico”, “admissível” e “alguém”, retiradas do texto, justifica-se, respectivamente, conforme as regras de acentuação das palavras da língua portuguesa, pois

- (A) marcam-se com acento agudo todas as palavras proparoxítonas, com acento agudo as palavras paroxítonas cuja sílaba tônica tenha as vogais *i* e *a* e com acento agudo as palavras oxítonas terminadas em *em*.
- (B) marca-se com acento agudo a vogal *i* da sílaba tônica das palavras proparoxítonas, com acento

agudo a vogal *i* das palavras paroxítonas terminadas em *l* e com acento agudo a vogal e da terminação *em* das palavras oxítonas.

- (C) marcam-se com acento agudo as palavras paroxítonas cuja sílaba tônica tenha a vogal *i*, com acento agudo a vogal da sílaba tônica das palavras proparoxítonas terminadas em *l* e todas as palavras oxítonas que tenham a vogal e na última sílaba.
- (D) marcam-se com acento agudo as vogais *i* e e das palavras em língua portuguesa sempre que elas estiverem na sílaba tônica, independentemente de tratar-se de uma proparoxítona, paroxítona ou oxítona.
- (E) marcam-se com acento agudo a vogal *i* das palavras proparoxítonas que não sejam terminadas em ditongo, com acento agudo as palavras paroxítonas que têm na penúltima sílaba a vogal *i* seguida das consoantes *v* ou *f*, como em *hífen*, e com acento agudo as oxítonas terminadas em *em* ou *ens*.

6. Nos trechos “Os guardas vermelhos da Revolução Cultural devastaram os monumentos históricos da China.”, “Sentado no escuro do cinema, penso que nós não somos o navio, somos os contêineres que ele carrega [...]” e “Será que, carregados de tantas coisas que nos parecem belas, seremos capazes de produzir menos feiura?” , em relação às palavras em destaque, é correto afirmar que

- (A) há ditongo em *contêineres* e *feiura*, há encontro consonantal em *vermelhos*, *China* e *sentado* e há dígrafo em *produzir*.
- (B) há ditongo crescente em *contêineres* e *feiura*, dígrafo em *vermelhos* e *China* e encontro consonantal em *sentado* e *produzir*.
- (C) há ditongo decrescente em *contêineres*, dígrafo em *vermelhos*, *China* e *sentado*, encontro consonantal em *produzir* e hiato em *feiura*.
- (D) há hiato em *contêineres* e *feiura*, dígrafo em *vermelhos*, *China* e *produzir* e encontro consonantal em *sentado*.
- (E) há tritongo em *feiura*, ditongo decrescente em *contêineres*, dígrafo em *vermelhos*, *China* e encontro consonantal em *sentado* e *produzir*.

7. Em relação aos termos destacados no seguinte excerto, retirado do texto, “Tudo dito belamente: talvez o belo artístico surja quando alguém consegue sintetizar a nossa complexidade num enigma, como o sorriso

de ‘Mona Lisa.’”, é correto afirmar que, nesse contexto,

- (A) tanto *belamente* quanto *quando* pertencem a classes de palavras que não possuem flexão de gênero ou número e *belo* trata-se de um substantivo.
- (B) *belamente* é um advérbio de modo, *quando* uma conjunção temporal e *belo* um adjetivo.
- (C) *belamente* é um substantivo, *quando* é uma palavra invariável e *belo* está no masculino singular.
- (D) tanto *belamente* quanto *belo* são adjetivos qualificadores e *quando* é uma conjunção temporal.
- (E) tanto *quando* quanto *belo* estão flexionados no masculino singular e *belamente* pertence a uma classe de palavras invariáveis.

8. Assinale a alternativa correta acerca dos excertos retirados do texto e comentados a seguir.

- (A) Em relação ao trecho “Sentado no escuro do cinema, penso que nós não somos o navio, somos os contêineres que ele carrega [...]”, os verbos destacados estão conjugados na primeira pessoa do plural e são complementados por objetos diretos, respectivamente, *o navio* e *os contêineres*.
- (B) Em relação ao trecho “Os nazistas queimavam a ‘arte degenerada’, mas só da boca para fora.” o verbo destacado está no plural, pois concorda com um sujeito composto e o *mas* trata-se de uma conjunção adversativa.
- (C) Em relação ao trecho “Para Sokurov, o museu dos museus é o Louvre. Para mim, sempre foi a Accademia, em Veneza.”, ambos os termos destacados tratam-se de conjunções que introduzem uma noção de finalidade.
- (D) Em relação ao trecho “[...] há, nelas, uma espécie de pressentimento trágico de que o mundo se dirigia para um banho de sangue.”, o verbo destacado não possui sujeito e *nelas* trata-se de uma contração entre a preposição *em* e o pronome pessoal *elas* e indica uma noção de posição.
- (E) Em relação ao trecho “Pintado em 1508, ‘A Tempestade’ inaugura dois séculos que produziram mais beleza do que qualquer outro período de nossa história.”, o verbo destacado deveria estar conjugado no plural para concordar com a expressão “dois séculos”, fato que pode ser comprovado pela transformação para a voz passiva, assim, “dois séculos são inaugurados por ‘A Tempestade’”.

9. Em relação às afirmações a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] se preservarmos os monumentos das antigas ideias, nunca teremos a força de nos inventarmos de maneira radicalmente livre.”, o pronome destacado evidencia um sujeito indeterminado.
- (B) Em “Os guardas vermelhos da Revolução Cultural devastaram os monumentos históricos da China.”, o verbo destacado é transitivo direto e indireto, por isso recebe tanto complemento de objeto direto quanto de objeto indireto.
- (C) Em “Os vândalos dirão que a arte não tem o poder de redimir ou apagar a ignomínia moral.”, os termos destacados são, respectivamente, verbo bitransitivo e pronome relativo.
- (D) Em “É uma pena a arte não ser um critério moral.”, as expressões destacadas são, respectivamente, complemento de objeto direto e predicativo do sujeito.
- (E) Em “A beleza e a arte não constituem nenhuma garantia moral”, há um sujeito composto que justifica o verbo transitivo direto, em destaque, estar no plural.

10. Em relação aos pronomes destacados em “[...] a Assembleia emitiu um decreto pelo qual não era admissível expor o povo francês à visão de ‘monumentos elevados ao orgulho, ao preconceito e à tirania’ – melhor seria destruí-los.” e em “Será que é possível apreciá-la sem riscos morais?”, é correto afirmar que

- (A) ambos estão em posição proclítica.
- (B) ambos referenciam o objeto direto do verbo ao qual se anexam.
- (C) poderiam ser substituídos, respectivamente, por *lhes* e *lhe*.
- (D) ambos referenciam o objeto indireto do verbo ao qual se anexam.
- (E) ambos poderiam ser retirados do texto sem prejuízos sintáticos e para a compreensão deste.

11. Do ponto de vista lógico, a palavra que completa a sequência (PACATA, PERENE, PIRIRI, _____, PURUCU) é

- (A) POCOTO.
- (B) PINHATA.
- (C) POLENTA.
- (D) PEDAÇO.
- (E) PARANÁ.

12. Um grupo com 360 pessoas disputava um campeonato. Sabe-se que, na primeira fase, foram eliminados dois terços do total de competidores. Na segunda fase, foram eliminados três quartos dos remanescentes. Após a terceira fase, apenas um décimo dos que ainda disputavam passaram de fase. Assim, após a terceira fase, ainda restam

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

13. Em uma estação de metrô, 20% dos passageiros embarcam no sentido centro e os 4500 restantes embarcam em outros sentidos. O total de passageiros citados é

- (A) 5000.
- (B) 5200.
- (C) 5500.
- (D) 5625.
- (E) 5700.

14. Se a proposição “João é mais velho que Paulo” é falsa, então podemos afirmar com certeza que

- (A) “João é mais novo que Paulo”.
- (B) “João tem a mesma idade que Paulo”.
- (C) “Paulo é mais velho que João”.
- (D) “Paulo é mais novo que João”.
- (E) “João não é mais velho que Paulo”.

15. Em um truque de mágica, sabe-se que: se o número der certo, o ilusionista aparecerá livre das correntes. Se o truque der errado, o ilusionista corre sério perigo. Caso o ilusionista corra sério perigo, os bombeiros devem, obrigatoriamente, invadir o palco. Se os bombeiros invadirem o palco, o público se assustará. Caso o público se assuste, o número será censurado. Ora, sabemos que os bombeiros não invadiram o palco, então, certamente,

- (A) o truque não foi realizado.
- (B) o ilusionista corre sério perigo.
- (C) o ilusionista apareceu livre das correntes.
- (D) o público se assustou.
- (E) o número foi censurado.

LEGISLAÇÃO APLICADA À EBSEERH

16. De acordo com o Regimento Interno da EBSEERH, estabelecer estratégias com o objetivo de avaliar a legalidade e acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos da Sede e filiais compete

- (A) ao Conselho de Gestão Orçamentária.
- (B) ao Conselho Fiscal.
- (C) à Direção Executiva.
- (D) ao Conselho Consultivo.
- (E) à Auditoria Interna.

17. Segundo o disposto no Regimento Interno da EBSEERH, é competência da Diretoria Executiva

- (A) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela EBSEERH.
- (B) autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis, exceto valores mobiliários.
- (C) propor linhas de ação, programas, estudos, projetos, formas de atuação ou outras medidas, para que a EBSEERH atinja os objetivos para os quais foi criada.
- (D) definir estratégias para a execução de ações de controle nas entidades públicas e privadas contratadas pela Sede e filiais.
- (E) opinar sobre a modificação do capital social, orçamento, planos de investimento, transformação, incorporação, fusão ou cisão.

18. De acordo com o estabelecido no Regimento Interno da EBSEERH, constitui um órgão diretamente vinculado à Diretoria Vice-Presidência Executiva a

- (A) Coordenadoria de Gestão Estratégica.
- (B) Assessoria Técnica-Parlamentar.
- (C) Coordenadoria de Formação Profissional.
- (D) Ouvidoria-Geral.
- (E) Coordenadoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica.

19. Em relação à personalidade jurídica, à vinculação e ao prazo de duração da EBSEERH, assinale a alternativa correta de acordo com o que estabelece a Lei 12.550/2011.

- (A) Tem personalidade jurídica de direito privado, é vinculada ao Ministério da Saúde e tem prazo de duração de 20 anos.
- (B) Tem personalidade jurídica de direito público, é vinculada ao Ministério da Educação e tem prazo de duração indeterminado.
- (C) Tem personalidade jurídica de direito privado, é vinculada ao Ministério da Educação e tem prazo de duração indeterminado.
- (D) Tem personalidade jurídica de direito público, é vinculada ao Ministério da Saúde e tem prazo de duração de 20 anos.
- (E) Tem personalidade jurídica de direito privado, é vinculada ao Ministério da Saúde e tem prazo de duração indeterminado.

20. De acordo com o que estabelece o Decreto 7.661/2011, o órgão de orientação superior da EBSEERH, composto por nove membros, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, é

- (A) a Diretoria Executiva.
- (B) o Conselho Fiscal.
- (C) a Auditoria Interna.
- (D) a Presidência.
- (E) o Conselho de Administração.

21. De acordo com a quarta diretriz da resolução nº 453/2012, assinale a alternativa correta sobre a estrutura e o funcionamento dos conselhos de saúde.

- (A) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico, administrativo e jurídico, subordinada ao Presidente da República, que definirá sua estrutura e dimensão.
- (B) Qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente.
- (C) A cada bimestre, deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório genérico, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei nº 8.689/93 e com a Lei Complementar nº 141/2012.
- (D) Acompanha e controla a atuação do setor privado credenciado mediante licitação na área de saúde, no entanto é vedado ao conselho da saúde aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, competência do Ministro da Saúde.
- (E) O conselho de Saúde não decidirá sobre o seu orçamento, pois não é dotado de autonomia.

22. De acordo com decreto presidencial nº 7508/2011, assinale a alternativa correta sobre as Comissões Intergestores em relação a sua organização e ao funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em redes de atenção à saúde.

- (A) A CIT, no âmbito do Estado, está vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais.
- (B) A CIB, no âmbito da União, está vinculada ao Ministério da Saúde para efeitos administrativos e operacionais.
- (C) A Comissão Intergestores Regional - CIR, no âmbito regional, está vinculada à Secretaria Municipal de Saúde para efeitos administrativos

e operacionais, devendo observar as diretrizes do CIT.

- (D) No CIT e no CIB, os gestores públicos de saúde não poderão ser representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS e pelo Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde - COSEMS, com exceção do CIR que poderá ser representado pelos conselhos citados.
- (E) As Comissões Intergestores pactuarão aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, de acordo com a definição da política de saúde dos entes federativos, consubstanciada nos seus planos de saúde, aprovados pelos respectivos conselhos de saúde.

23. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete ao Poder Público organizar a seguridade social com base no(s) seguinte(s) objetivo(s):

- (A) pluralidade e distinção dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (B) igualdade na forma de participação no custeio.
- (C) redutibilidade do valor dos benefícios, quando necessário, respeitando a reserva do possível.
- (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) caráter discricionário e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

24. De acordo com a Lei 8080/90, no que se refere à organização e direção da gestão do Sistema Único de Saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Deverão ser criadas Comissões Provisórias de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior. Cada uma dessas comissões terá por finalidade propor e executar, em todos os entes federativos, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições.

- (B) As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (C) A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados.
- (D) A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.
- (E) O Conass e o Conasems receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.

25. De acordo com a Lei 8080/90, no que se refere à competência do Sistema Único de saúde, é correto afirmar que

- (A) à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete formar consórcios administrativos intermunicipais.
- (B) à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde.
- (D) à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (E) à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle de constitucionalidade difuso ou repressivo é também chamado de controle pela via de exceção ou defesa, tendo sua propositura de forma incidental e sua análise é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A cláusula de reserva de plenário estabelece que a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo do Poder Público só poderá ser declarada inconstitucional pelos tribunais se aprovada pela maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- (C) O controle de constitucionalidade concentrado incidental, embora utilizado em muitos países, não é aceito pela legislação brasileira.
- (D) São três as possibilidades de verificação de controle de constitucionalidade concentrado, sendo elas a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (E) Em havendo controvérsias acerca da constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo do Poder Público, poderá o Prefeito Municipal propor ação declaratória de constitucionalidade para solucioná-las.

27. Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Prefeito Municipal que deixar de repassar os valores devidos ao Poder Legislativo Municipal até o dia vinte de cada mês ou que o fizer a menor, em relação ao fixado na Lei Orçamentária, poderá incorrer em crime de responsabilidade.
- (B) O poder constituinte originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses sociais.
- (C) A Constituição Federal de 1988 adotou o presidencialismo como forma de governo, tendo unificado na pessoa do Presidente da República as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- (D) O poder constituinte derivado é subdividido em inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (E) No Brasil, adota-se o sistema eleitoral majoritário, de modo que aquele que tiver o maior número de votos será considerado eleito, e somente poderá haver dois turnos de votação para os cargos de Presidente da República, Governadores dos Estados e DF e Prefeitos de Municípios com mais de 200 mil eleitores, quando não for atingido o mínimo legal para eleição em primeiro turno.

28. Em relação à intervenção estatal, assinale a alternativa correta.

- (A) A intervenção consiste em medida comum de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo, fundada em hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal.
- (B) A Constituição Federal prevê a possibilidade, em forma de exceção, do ente político menos amplo intervir no ente político mais amplo ou hierarquicamente superior.
- (C) Os Estados poderão intervir em seus municípios quando, por exemplo, deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada ou não forem prestadas contas devidas na forma da lei.
- (D) A União poderá intervir em um Estado-membro, desde que autorizada pelo Poder Legislativo local.
- (E) Quando houver grave comprometimento à ordem pública, a União, mediante iniciativa do Presidente da República, poderá intervir diretamente em um município.

29. A administração pública poderá distribuir suas competências administrativas a pessoas jurídicas autônomas, para fins de garantir o cumprimento de suas obrigações constitucionais. A tal ato dá-se o nome de

- (A) Imposição.
- (B) Delegação.
- (C) Desconcentração.
- (D) Outorga.
- (E) Descentralização.

30. Em relação aos atos administrativos e suas consequências, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do poder público tem como configuradores, dentre outros, a ocorrência do dano, nexos causal entre o evento e a ação ou omissão do agente público ou do prestador de serviço público e oficialidade da conduta lesiva, não se confundindo com a responsabilidade criminal e administrativa.
- (B) A ação civil pública, regulada pela legislação de cada Estado, é o instrumento processual adequado conferido ao Ministério Público para o exercício do controle popular sobre os atos dos poderes públicos.
- (C) O ato administrativo vinculado é aquele que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, modo de realização, oportunidade e conveniência.
- (D) O ato administrativo complexo é o que decorre, para ser formado, de uma única manifestação de vontade de um único órgão, seja unipessoal ou colegiado.
- (E) Poderá ser lícito o excesso de poder quando o agente público atuar fora de suas funções estabelecidas em lei, mas houver relevante interesse social, coletivo ou para a administração pública.

31. Um profissional foi irregularmente empossado no cargo público de advogado da Prefeitura de Cajazeiras, tendo praticado diversos atos em nome da administração e no interesse público. Após a constatação da irregularidade, por processo administrativo regular, a Prefeitura Municipal afastou o servidor, mas reconheceu como válido todos os atos praticados por ele, tendo aplicado como justificativa para tal, o princípio da

- (A) celeridade.
- (B) eficiência.
- (C) presunção da veracidade dos atos.

- (D) moralidade administrativa.
- (E) impessoalidade.

32. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, dar-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ficando vedada a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- II. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de qualquer lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal.
- III. Cabe ao Congresso Nacional a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- IV. Não será objeto de deliberação somente proposta de emenda constitucional tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico, a forma federativa de Estado e os direitos e garantias fundamentais.
- V. São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e a liberdade de expressão.

- (A) Apenas I, III e V.
- (B) Apenas II, IV e V.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II, III, IV e V.

33. Os seguintes atos sempre irão compor a fase externa da licitação, EXCETO

- (A) realização de audiência pública, a ser realizada 15 dias úteis antes da publicação do edital.
- (B) publicação do edital ou envio da carta-convite.
- (C) verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes e incompatíveis.
- (D) deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.
- (E) abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes e sua apreciação.

34. Em relação aos atos administrativos e às licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato administrativo discricionário não está sujeito à apreciação do Poder Judiciário.
- (B) A imperatividade é atributo do ato administrativo contido no denominado poder extroverso do Estado.
- (C) As entidades que não são controladas pela União, Estados, Municípios ou Distrito Federal não estão sujeitas às imposições da Lei n. 8.666/1993.
- (D) A homologação é o ato que atribui ao vencedor o objeto da licitação, encerrando o certame.
- (E) É faculdade da administração pública e dos participantes, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a observância das normas e das condições do edital.

35. São modalidades de licitação, de acordo com a Lei n. 8.666/93, EXCETO

- (A) concorrência e pregão.
- (B) tomada de preços e convite.
- (C) leilão e pregão.
- (D) concurso e consulta.
- (E) carta-convite e pregão.



- 36. Qual das alternativas a seguir NÃO constitui razão para a dispensa justificada do empregado, conforme artigo 482 da CLT?**
- (A) Desídia no desempenho das respectivas funções.
 - (B) Violação de segredo da empresa.
 - (C) Execução de serviços superiores às suas forças, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato.
 - (D) Ato de improbidade.
 - (E) Incontinência de conduta ou mau procedimento.
- 37. Funcionário da empresa X foi contratado para exercer as funções de auxiliar de serviços gerais, com registro em carteira de trabalho no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais pela jornada de 44 horas semanais. Entretanto, após seis meses, foi informado por seu supervisor que, em virtude da crise pela qual passa o país e sem qualquer acordo ou convenção coletiva, seu salário passará para R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, mantida a mesma carga horária. Diante dessa situação, a empresa**
- (A) agiu de forma legal e honesta com o funcionário ao optar por reduzir seu salário, em vez de dispensá-lo.
 - (B) está correta, pois a redução salarial é permitida por lei, desde que haja motivo que a justifique, independente de acordo ou convenção coletiva.
 - (C) agiu inadequadamente, pois o salário só poderá ser reduzido se houver previsão em convenção ou acordo coletivo.
 - (D) está correta, pois o funcionário tem somente seis meses de contrato de trabalho.
 - (E) não está correta, pois a redução de salário deve ser feita por lei, independente de previsão em convenção ou acordo coletivo.
- 38. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos moldes da Constituição Federal de 1988:**
- (A) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; remuneração do trabalho noturno em dobro à do diurno e jornada de sete horas para turnos ininterruptos de revezamento, ainda que sem negociação coletiva.
 - (B) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda e gozo de férias anuais remuneradas com no mínimo um terço a mais do que o salário normal.

- (C) repouso semanal remunerado aos sábados e domingos; licença à gestante de no mínimo 180 dias e hora extraordinária de pelo menos cinquenta por cento da hora normal.
 - (D) licença-paternidade; adicional de remuneração para atividades mais trabalhosas; e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo trinta dias.
 - (E) participação nos lucros e resultados; garantia de salário, nunca inferior a oitenta por cento do mínimo nacional, para quem tem remuneração variável; e seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.
- 39. Um auxiliar administrativo pretende ajuizar uma reclamatória trabalhista em face da empresa Zartech Tecnologias S/A, sua empregadora, pleiteando o pagamento de horas extras, adicional de insalubridade e outras indenizações, totalizando o valor de trinta salários mínimos vigentes na data do ajuizamento da reclamação. Diante disso, a qual procedimento processual ficará submetida a ação, bem como qual é o momento da produção de provas e quantas testemunhas esse auxiliar poderá arrolar?**
- (A) Procedimento sumaríssimo, com todas as provas produzidas em audiência e no máximo três testemunhas.
 - (B) Procedimento ordinário, com parte das provas produzidas em audiência e até duas testemunhas.
 - (C) Procedimento sumário, com provas produzidas nos autos e até três testemunhas.
 - (D) Procedimento ordinário, com provas produzidas em audiência e até duas testemunhas.
 - (E) Procedimento sumaríssimo, com todas as provas produzidas em audiência e até duas testemunhas.
- 40. Assinale a alternativa correta em relação à prescrição e decadência no direito do trabalho.**
- (A) O prazo prescricional para reclamar créditos resultantes da relação de trabalho é de cinco anos para trabalhadores urbanos e rurais, respeitando-se o biênio subsequente à cessação contratual.
 - (B) O prazo prescricional para reclamar créditos resultantes da relação de trabalho é de dois anos para trabalhadores rurais e cinco anos para trabalhadores urbanos, respeitando-se o biênio subsequente à cessação contratual.

- (C) O prazo para propor ação rescisória contra acordo trabalhista homologado judicialmente, com força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831, CLT, conta-se a partir da assinatura do termo conciliatório pelas partes.
- (D) O prazo prescricional para reclamar créditos resultantes da relação de trabalho é de cinco anos para trabalhadores urbanos e rurais, independente do período de ajuizamento da ação.
- (E) Para o menor de 18 (dezoito) anos, o prazo prescricional para intentar reclamatória trabalhista é de cinco anos.

41. Em relação ao adicional de periculosidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O labor em condições de perigo garante ao empregado um adicional de 50% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de prêmios, participações nos lucros ou gratificações.
- (B) O labor em condições de perigo garante ao empregado um adicional de 40% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de prêmios, participações nos lucros ou gratificações.
- (C) O labor em condições de perigo garante ao empregado um adicional de 25% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de prêmios, participações nos lucros ou gratificações.
- (D) O labor em condições de perigo garante ao empregado um adicional de 30% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de prêmios, participações nos lucros ou gratificações.
- (E) O labor em condições de perigo garante ao empregado um adicional de 20% sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de prêmios, participações nos lucros ou gratificações.

42. Homem, funcionário há 10 anos da empresa IKS Prestação de Serviços LTDA, propôs reclamação trabalhista pleiteando verbas indenizatórias diversas, bem como questionando sua dispensa sem motivos e seu direito à estabilidade no emprego, por ter sofrido acidente de trabalho há sete meses. Contudo, a ação foi julgada totalmente improcedente pelo Juiz, motivo que deixou esse homem indignado, decidindo ele recorrer. Nesse caso, o reclamante deverá

- (A) interpor recurso de apelação no prazo de cinco dias.
- (B) interpor embargos de declaração, no prazo de três dias.
- (C) interpor recurso ordinário, no prazo de oito dias.

- (D) interpor recurso de revista, no prazo de oito dias.
- (E) interpor agravo, no prazo de cinco dias.

43. Com base nos enunciados previstos na CLT acerca de convenção e acordo coletivos, assinale a alternativa correta.

- (A) Convenção coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual no mínimo cinco sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho.
- (B) As condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão em relação às estipuladas em Acordo.
- (C) Os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, estarão passíveis de responder por processo crime.
- (D) Os Acordos ou Convenções coletivos não possuem forma para sua celebração, podendo ser, inclusive, um acordo verbal.
- (E) A cláusula de contrato individual de trabalho que contraria norma da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho poderá ser válida, vez que é a expressão da vontade das partes, nos moldes do *pacta sunt servanda*.

44. Em relação aos direitos da personalidade, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. São intransmissíveis, irrenunciáveis, ilimitados e absolutos.
- II. São imprescritíveis, ilimitados, relativos e eternos.
- III. São inalienáveis, impenhoráveis, imprescritíveis e vitalícios.
- IV. São vitalícios, limitados e transmissíveis.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

45. Com base no Código Civil, para a desconsideração da personalidade jurídica, é preciso

- (A) abuso da pessoa jurídica, caracterizado pela má-fé ou pela confusão patrimonial, e o juiz decidirá de ofício independente de requerimento das partes.
- (B) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela má administração dos sócios da empresa.
- (C) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade e pela confusão patrimonial e o juiz decidirá de ofício.
- (D) desvio de finalidade caracterizado pela má-fé dos administradores.
- (E) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial e o juiz decidirá a pedido da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo.

46. Com base no Código Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O princípio da gravitação jurídica dispõe que, em não havendo previsão legal ou estabelecida em contrário entre as partes contratantes, a propriedade do bem acessória seguirá a do bem principal.
- II. Um bem público construído pela Prefeitura em uma praça é um bem de uso comum do povo e dispensa permissão especial de uso, mas poderá ser oneroso se assim definido pela administração.
- III. Em um negócio jurídico a nulidade ou anulabilidade da obrigação principal também afeta as obrigações acessórias, mas, do contrário, em sendo nulas ou anuláveis as obrigações acessórias, não necessariamente o será a principal.
- IV. Em um negócio jurídico, subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto ela não ocorrer não se adquire o direito a que ela visa. De outro modo, na condição resolutiva, enquanto ela não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- V. Haverá uma condição suspensiva determinando a cessação dos efeitos da compra e venda de um bem imóvel, cujo contrato trouxer cláusula que

estabelece o pagamento integral do preço ao registro da baixa da hipoteca no cartório de registro de imóveis.

- (A) Apenas I, II, III e IV.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, III e V.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Apenas I e IV.

47. Com base no novo CPC e na ação monitória, assinale a alternativa correta.

- (A) Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, em autos apartados, embargos à ação monitória, no prazo de quinze dias.
- (B) Admite-se a reconvenção, inclusive fica autorizado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- (C) O juiz condenará o autor de ação monitória proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até dez por cento sobre o valor da causa.
- (D) Aquele que afirmar, com base em prova escrita e com eficácia de título executivo, ter direito a exigir do devedor incapaz o pagamento de quantia em dinheiro poderá propor ação monitória.
- (E) Ficando evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para a execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de cinco dias para o cumprimento, sob pena de multa.

48. São princípios que norteiam o novo CPC:

- (A) justa causa e legitimidade.
- (B) duração razoável do processo e boa-fé objetiva.
- (C) arbitrariedade e cooperação.
- (D) fins sociais e boa-fé subjetiva.
- (E) cooperação e boa-fé subjetiva.

49. Com relação ao novo CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) O réu poderá oferecer contestação, por petição e através de advogado, no prazo de dez dias.
- (B) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, inclusive quando houver pluralidade de réus e somente um deles contestar a demanda.
- (C) O ônus da prova caberá sempre ao autor da ação, que é quem está pleiteando algo, não sendo possível a inversão do ônus da prova ao réu.
- (D) O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado mais de um ano por negligência das partes ou quando reconhecer a existência de perempção, litispendência ou coisa julgada.
- (E) Transitada em julgado a decisão de mérito, consideram-se resolvidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tão somente em relação ao acolhimento do pedido.

50. Com relação aos recursos no novo CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) As partes deverão interpor recursos simultaneamente e no prazo máximo estabelecido em lei.
- (B) Proferido um despacho, poderá a parte interpor embargo de divergência.
- (C) Da sentença, caberá agravo de instrumento e, contra as decisões interlocutórias, caberá apelação.
- (D) Cabem embargos infringentes contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprimir omissão de ponto ou questão sobre a qual deveria ter se pronunciado o juiz, ou para corrigir erro material.
- (E) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.